

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ E SINDECON-RJ

Cresce a desigualdade no Brasil

Levantamento feito pelo economista Marcio Pochmann, da Unicamp, aponta que aumentou a desigualdade entre os 10% mais ricos e os 20% mais pobres da população brasileira. Como superar esta desigualdade que marca historicamente a sociedade brasileira? O economista propõe alguns caminhos, em entrevista ao *JE*.

Páginas 8

**A mobilização
contra a
7ª Licitação da ANP**

Página 3

**Editora lança
as obras reunidas de
Ignácio Rangel**

Página 16

**Crítica à
visão do novo
desenvolvimentismo**

Página 5

EDITORIAL

Brasil mais desigual

A desigualdade social e a distribuição da renda permanecem sendo o grande desafio do Brasil, mais de sete décadas após a revolução de 1930, que retirou o país dos marcos de uma política estritamente agrário-exportadora.

O professor Celso Furtado já chamava a atenção para o fato de que o grande desafio brasileiro não era o crescimento econômico, mas, sim, a distribuição da renda. Afinal, o país cresceu continuamente durante 50 anos e, nem por isso, reduziu-se a enorme distância entre pobres e ricos. Pelo contrário.

Nesta edição, o *JE* abre espaços para retomar as abordagens sobre a desigualdade no Brasil. Tanto na entrevista do professor e economista Marcio Pochmann, que há pouco realizou levantamento em que concluiu que, entre 2001 e 2003, aumentou o fosso entre os 10% mais ricos e os 20% mais pobres,

quanto no artigo em que o economista Rodrigo Gandra critica a visão novo-desenvolvimentista e retoma dados sobre o aumento da desigualdade em períodos de crescimento econômico.

A sociedade brasileira recentemente celebrou 20 anos do fim da ditadura militar e início do processo de redemocratização do país. E este é um fator fundamental, como ressaltou Marcio Pochmann, em sua entrevista, ao apontar os fatores que distinguem o Brasil dos países onde é menor a desigualdade social: a consolidação e amadurecimento da experiência democrática e a realização das reformas agrária, tributária e social.

A questão que resta a esclarecer e que a entrevista de certa forma deixa no ar é sobre quando, no Brasil, teremos, enfim, essas reformas que induzam a uma sociedade menos desigual, mais justa e mais solidária. ■

Sumário

- Página 3** 7ª Rodada de Licitações das Bacias Sedimentares – Sydney Reis
- Página 5** Crítica à perspectiva novo-desenvolvimentista – Rodrigo Gandra
- Página 7** Quem é o dono do sol – Roberto Pereira D'Araujo
- Página 8** Entrevista
Marcio Pochmann
Aumentou a distância
entre pobres e ricos no Brasil
- Página 11** Os avanços e as novas perspectivas do FSM – Chico Whitacker
- Página 15** Economia solidária – Luiz Felipe Nery Filho
- Página 16** Editora publica obras reunidas de Ignácio Rangel
Economista lança livro sobre Venezuela



O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ

ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano
Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos. 3º terço (2004/06): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sergio Souto

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coodenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

PRIVATIZAÇÃO Sydney Reis*

7ª Rodada de Licitações das Bacias Sedimentares

Mais um crime contra o Brasil

Nos anos 40, culminando nos 50, tivemos o memorável movimento “O Petróleo é Nosso”, que mobilizou o povo brasileiro pela instituição do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobras. Nas décadas de 70 e 80, respectivamente, a Petrobras desenvolveu tecnologias inéditas de exploração e produção de petróleo em águas profundas, passando a receber prêmios internacionais por sua destacada atuação.

Mas a oligarquia brasileira, aliada a interesses estrangeiros, sempre tentou – e vem tentando, hoje, através da Lei 9478/97 (Lei do Petróleo) – fazer o País retroceder à década de 40. O Brasil precisa da união de todos os brasileiros, tanto das entidades de petroleiros quanto da sociedade civil organizada, para que o Congresso Nacional venha a adequar a legislação do petróleo à realidade, considerando o Brasil uma nação livre e soberana. Hoje, país que não domine energia está fadado à submissão.



Você sabia que está prevista para ocorrer, em outubro de 2005, a 7ª Rodada de Licitações das Bacias Sedimentares brasileiras?

Sem qualquer visão estratégica para o país, o Governo Lula, além de aprofundar o processo de licitações herdado de FHC, está deixando uma herança maldita para as futuras gerações, quando há perspectiva de um grande aumento no preço internacional do barril de petróleo, em decorrência do consumo crescente e da produção decrescente por conta do esgotamento das reservas mundiais.

Com a flexibilização do monopólio estatal, ocorrida na gestão de FHC, nem o preço da gasolina baixou, nem se criou empregos no país, conforme era prometido na campanha governamental. A “política de competição” beneficiou apenas as empresas estrangeiras, que vem incorporando ao seu patrimônio reservas petrolíferas mapeadas pela Petrobras, antes que ocorra mudança da legislação, e vem também remunerando excessivamente os acionistas da Companhia, por conta da internacionalização do preço dos derivados, exigida pelos investidores estrangeiros.

Quando se flexibilizou o monopólio estatal do petróleo, a justificativa era atribuída à necessidade de capital externo para pesquisar novas áreas potencialmente produtoras. Na prática, decorridos oito anos desta flexi-

bilização, isto não ocorreu. As empresas estrangeiras não têm interesse em pesquisar novas áreas, porque o risco é alto e há oferta pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de áreas já mapeadas pela empresa brasileira.

A Petrobras está concentrando investimentos em exploração e produção, a fim de impedir que blocos de concessão sejam forçosamente devolvidos à ANP para serem leiloados, em obediência à Lei 9.478/97, a Lei do Petróleo.

Após seis leilões, sendo quatro no governo FHC, quando foram transferidos para empresas estrangeiras blocos pesquisados pela Petrobras, o Governo Lula quer realizar a 7ª Licitação – a terceira nesta gestão, esquecendo-se da importância estratégica que o petróleo tem para qualquer país que queira se desenvolver e permanecer com soberania.

Além de praticamente “doar”, nestes leilões, as reservas pesquisadas pela Petrobras, a Lei 9478/97, aprovada no governo FHC, dá a propriedade do petróleo a quem o produzir (artigo 26) e permite que o petróleo possa ser exportado (artigo 60), sem que tenham sido verificadas as futuras necessidades de produção e consumo do país.

Um verdadeiro crime contra o Brasil.

Ação de inconstitucionalidade

Contrário à absurda interpretação de que pode haver “monopólio de muitos produtores”, o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB-PR), submeteu ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin nº 3273) contra alguns dispositivos da Lei 9478/97.

O Ministro Ayres Britto – designado relator – concedeu, liminarmente, parte do solicitado na Adin. Entretanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – representado pelo Procurador Geral da União – ingressou contra a decisão monocrática do relator, através de um mandado de segurança que foi prontamente acatado,

também monocraticamente, pelo ministro Nelson Jobim, presidente do STF.

No último dia 16 de março, o STF se reuniu para julgar o mérito da Adin, decidindo pela constitucionalidade da Lei 9478/97, que teve votos favoráveis dos ministros Eros Grau, Carlos Velloso, Cezar Peluso, Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Sepúlveda Pertence e Nelson Jobim. Já os ministros Carlos Ayres Britto, Marco Aurélio de Mello e Joaquim Barbosa votaram favoravelmente à Adin. O ministro Marco Aurélio afirmou, em seu histórico voto de duas horas, do dia dois de março, que “o monopólio não convive com a transferência da propriedade”.

Diante desta decisão, a sociedade civil organizada deverá se mobilizar para que o Congresso Nacional reformule a Lei 9478/97, pois, diante da conjuntura internacional, determinada pela geopolítica do petróleo, os países terão que proteger as suas reservas deste energético. É questão de tempo e de coragem.

O Governo FHC fez aprovar a “flexibilização” do monopólio estatal do petróleo e, com a promulgação da Lei 9478/97, criou a ANP, que “requisitou” o acervo da Petrobras e depois o vendeu às multinacionais, quase a preço de folhas fotocopiadas

A Petrobras é uma empresa de economia mista, de alto conteúdo estratégico, criada pela Lei 2004/53, extinta pelo artigo 83 da Lei 9478/97. Além da missão de aumentar as reservas brasileiras de petróleo e mantê-lo sob o controle dos brasileiros, a empresa deveria voltar a ter a função de abastecer o país de derivados ao menor custo para a sociedade.

Além disso, a empresa é fundamental na geração de tecnologia, empregos e impostos. No ano de 2004, por exemplo, recolheu aos cofres públicos, cerca de R\$ 59,2 bilhões em impostos, taxas, contribuições e participações governamentais. Junto com as universidades brasileiras, a empresa vem desenvolvendo tecnologias de ponta para a exploração e produção de petróleo em águas profundas, cuja excelência de execução já conta com o reconhecimento mundial manifesto por premiações, bem como pelas “parcerias” ofertadas pelos gigantes do setor petróleo para desenvolvimento de projetos em conjunto, inclusive no exterior.

Da Petrobras para as multitis

O fato mais notável em relação à Petrobras, durante o governo FHC, foi quando a despeito de administrações que enfatizavam o resultado financeiro em detrimento do técnico e do político, atendendo restrições orçamentárias impostas pelo acordo entre o governo Federal e o FMI, a Petrobras indicou que atingiria a autosuficiência na produção de petróleo. Acrescentam-se, também, as inúmeras restrições à administração de seu orçamento, gerado exclusivamente por suas operações empresariais. Desde 1973, o governo Federal não aporta um centavo sequer na Petrobras.

O Governo FHC fez aprovar a “flexibilização” do monopólio estatal do petróleo e, com a promulgação da Lei 9478/97, criou a ANP, que “requisitou” o acervo da Petrobras e depois o vendeu às multinacionais, quase a preço de folhas fotocopiadas, que propiciou as condições para a realização dos

“leilões”. À Petrobras coube os riscos da pesquisa e o mapeamento das bacias, enquanto às multinacionais ficou reservado descontar os “bilhetes premiados”.

A 6ª Rodada de Licitações – a segunda no Governo Lula – ocorreu em agosto de 2004, por pressão do ministério da Fazenda, aquiescência das Minas e Energia e sem estudos que deveriam estar ao encargo do Conselho Nacional de Planejamento Estratégico (CNPE) – órgão também criado pela Lei 9478/97, e que está vinculado à pasta de Minas e Energia.

Só para mencionar um dos absurdos: a Petrobras foi instada a devolver à ANP, sem apelação administrativa ou judicial, parte do Bloco BC-60, no qual a companhia descobrira, sozinha, reservas estimadas em dois bilhões de barris de petróleo, isto já no curso do Governo Lula.

A parte devolvida foi batizada pela ANP como bloco CM-61, sendo a vitrine da 6ª Rodada, e que acabou arrematado em leilão pelo consórcio Devon (EUA) e SK



(Coréia do Sul) – sem expressão em tecnologia – graças a um quesito do Edital que foi mal formulado.

O autor deste artigo ingressou na Justiça com uma Ação Popular, com pedido de Medida Liminar (22ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Processo No: 2004.5101018709-4). A dra. Adriane Barretto Carvalho Rizzotto acautou o pedido de liminar, sustentando os efeitos da 6ª Rodada de Licitações. A ANP recorreu, alegando apenas que a Ação Popular tinha conexão com outra Ação já ajuizada e, portanto, a decisão da dra. Adriane não teria eficácia. Mesmo tendo se passado mais de três meses, o processo permanece inconcluso com o juiz da 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

É de fundamental importância registrar-se que a Petrobras garante a auto-suficiência na produção de petróleo por cerca de 15 anos, aos níveis de consumo atuais, a partir de 2007 (talvez 2006). Logo, a produção de petróleo (óleo + gás natural) resultante da 6ª Rodada será, necessariamente, destinada à exportação. (A Lei do Petróleo obriga que haja produção pela concessionária, sob pena de perda da concessão!).

O que os brasileiros devem fazer para evitar a depredação do patrimônio brasileiro?

Exigir que o Legislativo Federal modifique a Lei 9478/97. Nesse sentido, há um projeto de lei do senador Saturnino Braga (PT-RJ), cujo texto é o seguinte: “Ficam suspensas as licitações de novas áreas para a exploração de petróleo, até que o Congresso Nacional aprove o planejamento energético do País, a ser proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética”. ■

* Diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras - Aepet.

DEBATE Rodrigo Mendes Gandra*

Crítica à perspectiva novo-desenvolvimentista

Na edição de janeiro do JE foi publicado um artigo de autoria de João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel, intitulado: "Por que um novo desenvolvimentismo?". Apesar da coerência geral do mesmo, os autores cometem um equívoco ao afirmarem que, na perspectiva novo-desenvolvimentista (corrente da qual parecem fazer parte), "... somente o crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas pode minorar o problema de desigualdade de economia brasileira". (p. 5) Este artigo mostra ao menos três evidências para refutar a hipótese dos autores.



Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que desigualdade de renda não é sinônimo de pobreza. Deve-se concordar com Barros (2000) e Barros e Mendonça (1995, 1996, 2000) que a pobreza depende da desigualdade de renda e do crescimento econômico. Mas a desigualdade de renda

TABELA 1

Brasil: desigualdade pessoal da renda em 1960 e 1970

Ano	Gini	Gini (var %)	10+/10-	10+/10- (var. %)
1960	0,49	-	34	-
1970	0,57	16,3	40	17,6

Fonte: Barros, Mendonça e Rocha (1993). *Apud* Barros e Mendonça (1995: 15)

não depende (ao menos diretamente) da pobreza. Pode haver sociedades extremamente pobres, mas com relativa igualdade de renda entre os indivíduos. Para reduzir a desigualdade de renda, deve-se recorrer a outros mecanismos que não envolvem necessariamente o crescimento econômico.

Em segundo lugar, quando se recorre aos dados registrados na década de 60, nota-se que ela foi marcada pela elevada taxa de crescimento (aproximadamente, 6,1%) oriundo do processo de substituição de importações da economia brasileira. Se por um lado a taxa de crescimento econômico foi elevada, por outro a concentração de renda aumentou. Comparando os Censos de 1960 e 1970, Fishlow (1972), Langoni (1973), Hoffmann (1978) e Hoffmann e Duarte (1972) mostraram (através de diversos critérios) que a renda em 1970 estava mais concentrada do que em 1960.

Analisando o índice de Gini entre 1960-1970, também construídos a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE de 1960 e 1970, nota-se que houve um processo de aumento da concentração de renda. Conforme mostra a tabela 1, em 1960, o Gini era 0,49; já em 1970, ele passa a ser 0,57 (i.e., ele sofre uma variação de 16%). Outro exem-

plo foi que a relação entre a renda do décimo mais rico da população e a renda do décimo mais pobre, para o mesmo período, sofreu um aumento de 17,6%.

Com base na tabela 2, pode-se verificar que, entre 1960 e 1970, enquanto os estratos mais pobres e intermediários da população perderam sua participação na renda total, os estratos mais ricos da população aumentaram a sua participação. Além disso, enquanto a renda real dos 50% mais pobres da população remunerada obteve um aumento desprezível de 1%, a renda real dos 10% mais ricos da população remunerada obteve um aumento de 61%, ao mesmo tempo em que este estrato aumentou em 20,5% a sua participação na renda total.

Segundo Duarte (1971: 46. *Apud* Hoffmann, 1978: 108), "...a conclusão que se apresenta é a de que metade da população não foi atingida pelos benefícios do crescimento econômico (pelo menos em termos monetários) e outros 30% tiveram acesso apenas

TABELA 2

Brasil: parcela da renda apropriada pelos estratos populacionais e aumento da renda real média de cada estrato de 1960 e 1970

Percentil	1960	1970	Varição	Aumento da Renda Real Média de Cada Estrato
10-	1,17	1,11	-5,1%	-
10	2,32	2,05	-11,6%	-
10	3,42	2,97	-13,2%	-
10	4,65	3,88	-16,6%	-
10	6,15	4,90	-20,3%	-
10	7,66	5,91	-22,8%	8%
10	9,41	7,37	-21,7%	3%
10	10,85	9,57	-11,8%	10%
10	14,69	14,45	-1,6%	23%
10+	39,66	47,79	20,5%	61%
50-	17,71	14,91	-15,8%	1%
5+	27,69	34,86	25,9%	72%
1+	12,11	14,57	20,3%	-

Fonte: Ramos e Reis (1991: 42) e Hoffmann e Duarte (1972). Apud Hoffmann (1978: 108)

marginal a esses benefícios". Nesta época, embora a pobreza tenha caído, a desigualdade aumentou.

Crescimento e desigualdade

Assim, nota-se que o franco crescimento da década de 60 não foi capaz de distribuir renda. Por sua vez, mesmo em épocas de

recessão econômica, a desigualdade de renda pode se tornar mais igualitária. Quando se analisa o período de 1990 a 1992, correspondente ao período da presidência de Fernando Collor, verifica-se que a acentuada queda na renda afetou principalmente os mais ricos (11,8% negativos contra 4,4% negativos, ao ano, dos mais po-

bres). Segundo Neri (2000), foi deste modo que o governo Collor conseguiu reduzir a desigualdade, i.e., nivelando a renda por baixo.

Em terceiro lugar, a literatura econômica tem mostrado que o crescimento é que é uma variável dependente da desigualdade de renda. A título de exemplo, autores tais como Person e Tabellini (1994), Alesina e Rodrik (1994), Birdsall e Londono (1997), Aghion *et al* (1999), e Ferreira (1999 e 2000) encontram evidências de que quanto maior a desigualdade de renda menor o crescimento econômico. Contudo, esta relação não pode ser encarada como um resultado válido sob todas as circunstâncias e localidades. Furman e Stiglitz (1998: 234-236) afirmam que as evidências empíricas "... suggest that there is no general answer to this question".

Em minha opinião, a desigualdade afeta mais a volatilidade do crescimento econômico do que a sua própria magnitude. Isto porque, a maior igualdade de renda efetivaria demanda reprimida, ge-

rando um mercado interno mais robusto, o que tornaria o país menos dependente da conjuntura internacional (i.e., das flutuações do nível externo de demanda). Em suma, em uma perspectiva estruturalista, a redução da desigualdade de renda seria parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico voltada para o fortalecimento do mercado interno.

Assim, de forma geral, este artigo apenas quis enfatizar que nem todas as soluções para os males que recaem sobre as variáveis econômicas dependem do crescimento econômico. Assim como também, nem todas dependem de políticas expansionistas do governo. A experiência brasileira já deixou patente que um país pode crescer sob taxas elevadas, aumentando a desigualdade de renda. Por fim, as demais considerações do autor sobre a desigualdade de renda podem ser vistas na dissertação de mestrado de Gandra (2002), e no artigo "As causas da desigualdade de renda no Brasil", publicado na edição de outubro de 2004 do *Jornal dos Economistas*. ■

* Mestre em Economia pela UFF e Analista de Investimentos de Projetos na Indústria de Exploração e Produção de Óleo e Gás. Correio: rodrigo_gandra@ig.com.br

1 Sabe-se que o nível de investimento da economia é função da taxa de juros e do "estado de confiança" frente ao "animal spirit" (perfil de aversão ou propensão à incerteza) dos investidores. Assim, quanto maior o nível de incerteza (macroeconômica, política, regulatória, tributária, contratual, etc), menor será a Eficiência Marginal do Capital, pois maior deverá ser o prêmio desejado pelo capitalista, expresso na taxa adotada para descontar o fluxo de caixa de seu projeto. Ao menos, dentro da indústria de Exploração e Produção (E&P) de Óleo e Gás (que investe anualmente US\$ bilhões), o simples fato de o governo sinalizar estabilidade tributária já faria com que a incerteza no setor caísse e aumentasse o investimento. Só para se ter uma idéia, desde o momento da flexibilização do mercado de upstream em 1998, já houve 16 ameaças e mudanças efetivas na regra de tributação (no âmbito Federal e Estadual). Não é à-toa, que várias empresas já desistiram de investir na área de E&P no Brasil.

Referências Bibliográficas

- AGHION, Philippe; CAROLI, E.; GARCLA-PENELOS. *Inequality and economic growth: the perspective of the new growth theories*. Journal of Economic Literature, n.37, n.4, p.1615-60, dez.1999.
- ALESINA, A.; RODRIK, Dani. Distributive politics and economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, v.109, n.2, p.465-90, 1994.
- BARROS, Ricardo Paes de; *et al*. *Poverty, Inequality and Macroeconomic Instability*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n.º. 750)
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. O Impacto do crescimento econômico e redução no grau de desigualdade sobre a pobreza. *Rio de Janeiro: IPEA, 1996. (Série Seminários, n.º. 25)*
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n.º. 377)
- BIRDSALL, Nancy; LONDONO, Juan Luis. Asset Inequality Does Matter: Lessons from Latin America. *Washington: Inter-American Development Bank, 1997. (Office of the Chief Economist Working Paper, n.º. 344)*
- DUARTE, João Carlos. *Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil em 1970*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1971.
- FERREIRA, Francisco H. G. (Entrevista) *Distribuição de renda não é esmola*. O Globo, Rio de Janeiro, 01 ago. 1999, p. 32.
- FERREIRA, Francisco H. G. *Distribuir para crescer*. Valor Econômico, São Paulo, 04 out. 2000.
- FISHLOW, Albert. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (coord.). *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 159-89.
- FISHLOW, Albert. Brazilian Size Distribution of Income. *American Economic Review*, v.62, n.2, p. 391-402, 1972.
- FURMAN, Jason; STIGLITZ, Joseph E. Economic consequences of income inequality. In: *Income Inequity: Issues and Policy Options*. [s.l.]: The Federal Reserve Bank of Kansas City, 1998.
- GANDRA, Rodrigo M. "As causas da desigualdade de renda no Brasil". *Jornal dos Economistas*, n.º. 183. Rio de Janeiro (CORECON-RJ): outubro/2004, p.11-13.
- GANDRA, Rodrigo M. (2002). *O debate sobre a distribuição de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico anos 90*. Niterói: UFF. (Dissertação de Mestrado)
- HOFFMANN, Rodolfo. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (Coord.). *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 103-123.
- HOFFMANN, Rodolfo; DUARTE, João Carlos. A Distribuição de Renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v.12, n.2, p. 46-66, 1972.
- LANGONI, Carlos G. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação*. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, 1973. (Ensaio Econômico EPGE, n.º. 7)
- LANGONI, Carlos G. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- NERI, Marcelo. Inflação, desemprego e combate à pobreza. *Gazeta Mercantil*, Rio de Janeiro, 28 set. 2000, p. A3.
- NERI, Marcelo. *Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil*. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 503-526.
- RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme Almeida. Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fábio (org.). *Distribuição de Renda no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

ENERGIA Roberto Pereira d'Araujo*

Quem é o dono do SOL?

Apagões sucessivos colocam outra vez o setor elétrico nas manchetes e, apesar de se diferenciarem do racionamento, preocupam a sociedade brasileira quanto à viabilidade de se obter os recursos para fazer face aos investimentos para um Brasil que cresce.

Quando se afiança que o setor elétrico brasileiro não tem similar no mundo, poucos compreendem. O tema está mais ligado à geografia brasileira, pois, a configuração de grandes reservatórios interligados eletricamente só tem semelhante na província de Quebec, no Canadá. Lá, o setor elétrico permanece em mãos do Estado, mas por razões outras que não as de natureza política.

Quando a base da geração é predominantemente hídrica, e onde a capacidade de garantir o fornecimento depende da acumulação de água nessas “cisternas” interligadas, ocorre um fenômeno peculiar: para poder garantir o suprimento, adota-se um critério conservador para definir uma energia “assegurada”, que é associada a uma hipótese pessimista de afluições.

Como estamos sob um clima tropical, na maior parte do tempo as chuvas são intensas e, assim, as usinas hidráulicas são capazes de gerar muito mais energia do que a parcela “assegurada”. Esse “excesso”, desde a implantação de um modelo de concepção mercantil, é compulsoriamente vendido no mercado de

curto prazo por preços irrisórios. “Compram” essa energia usinas térmicas que são dispensadas de gerar, comercializadoras e distribuidoras cuja demanda tenha excedido seus contratos.

O que pagamos

Mas qual é a gênese dessa energia? Segundo estudo da Unesco, o Brasil possui, sozinho, 18% dos recursos fluviais do planeta e, portanto, ela – esta energia – provém de generosas afluições dos nossos rios alimentados pelo ciclo hidrológico da terra. Por sua vez, o ciclo nada mais é do que efeito da energia solar. Essa energia barata alimenta as tomadas do país, da mesma maneira que a forma “assegurada”. Hoje, em função do período chuvoso, certamente estamos pagando a tarifa cheia sem notar a diferença. No mínimo, cerca de 10% da energia gerada pelas hidráulicas (duas vezes a energia consumida no Paraná) foi vendida a menos de R\$ 20/MWh, em 2004, mas chegou às nossas casas por R\$ 270/MWh. Fora os impostos!

Portanto, é o caso de se perguntar: afinal, quem é o dono do sol? Ora, se ser “dono” é ser o

beneficiário dessa dádiva, que seja a sociedade como um todo. Portanto, é preciso questionar como, para quem e por quanto está sendo vendido esse excesso. Quem se beneficia dessa energia quase gratuita? Até porque, como não se pode prever o futuro, há sempre um risco associado a essa “liquidação”, pois, numa súbita mudança climática, pode-se arrender de não se ter guardado essa água nas “cisternas”. Caso haja esse engano, é a sociedade que irá pagar sob a forma de falta de energia no futuro.

No sistema mercantil, todo esse emaranhado de interesses ficou concentrado em um número; o preço de curto prazo. Este, por sua vez, está ligado ao critério de garantia do sistema, um assunto bastante subjetivo e que está esquecido no novo modelo. Bastaria uma reflexão crítica sobre esse critério, com a consequente revisão dos preços e uma centralização de parte dos recursos desse mercado, para formar um fundo que muito ajudaria o financiamento da expansão do setor. Evidentemente, é preciso garantir que ele não se transforme em mais um imposto que se dissipe no superávit primário.

Hoje, vive-se o pior dos mundos. As térmicas existentes se beneficiam dessa compra compulsória, pois podem vender a mesma energia por quase 10 vezes mais. Entretanto, esse privilégio é originado no mesmo sistema de preços que inviabiliza investimentos em novas térmicas que, sob o ponto de vista competitivo, não têm chances no sistema brasileiro.

Nosso sistema geração-transmissão é um monopólio natural por razões da natureza. Sob uma configuração mercantil, ele é capaz de gerar rendas oclusas que, sem um olhar cuidadoso, se perdem para o interesse público. O mercado de curto prazo é apenas um exemplo dentre outros. Os apagões nos lembram que ainda há a necessidade de investimentos, principalmente em sistemas de controle. Nosso sistema produtivo pode oferecer vantagens inéditas em outros sistemas. Não é necessária estatização, mas, em compensação, não se perdoa quando, por falta de uma política energética, se renega o velho adágio de que o sol nasceu para todos. ■

* Consultor na área de energia e diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina)

ENTREVISTA Marcio Pochmann, professor da Unicamp

Aumentou a **distância** entre os mais **pobres** e os mais **ricos**

A desigualdade aumentou na sociedade brasileira. Pesquisa realizada pelo professor e economista Marcio Pochmann mostra que, entre 2001 e 2003, aumentou a distância entre os rendimentos dos mais ricos e os dos mais pobres da população do país. Professor da Unicamp e ex-Secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da prefeita Marta Suplicy, Marcio Pochmann, a partir de dados do IBGE, descobriu que, naquele período, houve uma queda generalizada da renda e que ela foi mais acelerada entre os 20% mais pobres da população, em comparação com os 10% mais ricos. Ou seja, aumentou o fosso entre pobres e ricos no Brasil. O *JE* foi entrevistá-lo para conhecer os detalhes da pesquisa e ouvir as opiniões dele a respeito de como superar a concentração de renda e a enorme desigualdade social que ainda é a principal marca da sociedade brasileira.

Jornal dos Economistas – *Como foi essa pesquisa sobre a desigualdade de renda no país e o que ela revela?*

Marcio Pochmann – Fizemos um levantamento bastante amplo, levando em consideração um período de 20 anos. Basicamente, do ano de 1983 até 2003, que foi um período de situações bastante díspares. Nós tivemos crescimento econômico, com baixa inflação; um período de crescimento econômico, com alta inflação; e também tivemos períodos de desaceleração econômica, e até recessão com inflação e sem inflação. E a nossa preocupação fundamental era identificar em que medida as oscilações nas atividades econômicas repercutiram, direta e indiretamente, sobre a desigualdade de renda. E desigualdade de renda, fundamentalmente, entre os trabalhadores, a chamada população em idade ativa, com rendimento. Basicamente, a população com mais de 10 anos de idade, segundo o próprio IBGE. Então, é possível observar o comportamento da desigualdade entre o segmento muito pobre da população – os 20% mais pobres – em relação à população mais rica, que são justamente os 10% mais ricos. Então, a relação entre o rendimento médio dos 10% mais ricos, comparado ao rendimento

Podemos ser favoráveis ou não ao superávit primário, etc., mas há uma organização na parte econômica do governo, enquanto que na área social é difícil observar isso



médio dos 20% mais pobres da população nos permitiu observar em que medida caiu ou aumentou a desigualdade, justamente nestes dois segmentos da população em idade ativa. E observamos que, em um período recente, entre 2001 e 2003, quando a economia se comportou de maneira muito desfavorável em função do decréscimo da atividade produtiva, do aumento do desemprego e queda do rendimento, houve uma perda maior de rendimento para o segmento mais pobre da população, basicamente os 20% mais pobres, enquanto que o rendimento dos 10% mais ricos caiu, mas caiu relativamente menos e, portanto, a desigualdade teria aumentado nesse período que de 2001 a 2003.

JE – *Isso seria decorrência de que, em sua opinião?*

Pochmann – De maneira geral, é compreensível que a população com melhor rendimento tem sempre condições de proteger os seus ganhos utilizando-se, geralmente, dos mecanismos de aplicação financeira que protegem os ganhos do trabalho, ao contrário dos mais pobres que foram prejudicados intensamente pelo comportamento econômico desfavorável, porque o desemprego aumentou, nós tivemos muitas pessoas procurando trabalho. Em geral, quando há muitas pessoas que buscam trabalho, o rendimento médio termina sendo reduzido e não há, em geral, entre os mais pobres, mecanismos de proteção de sua renda. Por conta disso, a renda caiu muito mais do que a renda dos mais

ricos, ampliando então o leque de desigualdades, sobretudo, nesses dois segmentos.

JE – *O seu estudo bate com o da Fundação Seade, que constatou ter aumentado a distância entre salário de homens e mulheres em 2004?*

Pochmann – Exatamente. Nós, inclusive, utilizamos não apenas os dados do IBGE, mas também dados primários referentes a outras instituições de pesquisas, entre elas, os próprios dados da Fundação Seade e Dieese, que pesquisam o comportamento da renda dos ocupados na região metropolitana de São Paulo, e de fato a situação é muito próxima da verificada com relação aos dados do IBGE, para o Brasil. Inclusive, foi possível avançar um pouco mais no ano de 2004 porque os dados da Fundação Seade e Dieese são mais atuais porque são pesquisas feitas mensalmente, enquanto os dados do IBGE são referentes ao ano de 2003 (ainda este ano teremos o de 2004). E esses dados mostram, inclusive, que, em 2004, a respeito da recuperação econômica, com expansão importante do PIB de 5,2%, não houve uma distribuição de forma equânime porque, na verdade, pelos dados de São Paulo, nós não tivemos uma redução da desigualdade. Pelo contrário. Então, o processo de desigualdade é intenso no Brasil, o crescimento econômico é fundamental para dar melhores condições de enfrentamento da desigualdade, mas sem ações objetivas, continuadas ao longo do tempo, nós podemos estar promovendo o prolongamento da desigualdade, assim como uma marca que tem sido a desigualdade no Brasil ao longo dos tempos.

JE – *O professor Celso Furtado nos dizia sempre que o problema do Brasil não é o crescimento e sim a distribuição da renda, porque o país cresceu durante cinco décadas, mas isso não foi suficiente para distribuir renda, reduzir a desigualdade. Como distribuir a renda no Brasil? Por que é tão difícil distribuir a renda e por que ela sempre se concentra?*

Pochmann – Olha, se nós acompanharmos a experiência de países exitosos no enfrentamento da desigualdade, certamente nós poderemos perceber dois aspectos que nós no Brasil ainda não conseguimos avançar. O primeiro em relação à democracia. Países que têm hoje menor desigualdade de renda são países com democracia consolidada, em que a participação popular sempre foi fundamental para fazer com que a agenda de interesse dos mais pobres estivesse representada nos

governos, no Legislativo e, sobretudo, na política econômica. O Brasil, por exemplo, é um país com mais de 500 anos de existência e não tem 50 anos de democracia consolidada. Então, esse é o primeiro aspecto que nos desloca, digamos assim, do contexto dos países que tiveram melhores condições de enfrentar a desigualdade. E o segundo ponto diz respeito às reformas, que são chamadas reformas civilizatórias do capitalismo, nas quais o Brasil praticamente não avançou nada. Isto é, qualquer país desenvolvido fez reforma agrária, por exemplo, melhor distribuiu a estrutura fundiária, criou mais proprietários. Os países desenvolvidos fizeram reforma tributária: os ricos pagam mais impostos do que os pobres. E a terceira reforma é a social, que é aquela que garantiu condições de acesso à educação, saúde, transporte e habitação para todos. Nessas três reformas o Brasil, até agora, não conseguiu avançar de forma efetiva. Nós ainda não temos uma reforma agrária ampla, nós não temos uma reforma tributária que onere os mais ricos (no Brasil, pelo contrário, os ricos praticamente não pagam impostos) e, por fim, a reforma social está para ser feita, na medida em que nós não temos acesso universalizado às estruturas de educação, saúde, transporte e habitação. Esses dois obstáculos dificultam a redução da desigualdade da renda no país.

JE – *A falta de uma participação popular mais efetivas na condução do Estado não conduz também à manutenção deste estado de coisas, desta desigualdade. Na verdade, nossa democracia ainda está restrita ao voto e às manifestações de rua. Não está faltando uma participação mais direta, nos rumos da própria administração das coisas públicas?*

Pochmann – Com certeza. Evidentemente que a participação em ruas, manifesta-

ções, representam um dos aspectos da própria participação popular. É necessário constatar no Brasil que a gente está vivendo, talvez, um período de maior registro de democracia. Mas nós ainda estamos muito aquém da chamada democracia participativa. O que nós temos no Brasil é uma democracia de representação: temos eleições, isso é importante e fundamental. Mas é insuficiente para garantir que diferentes interesses regionais, setoriais e populacionais façam parte da agenda política. Sem dúvida nenhuma a participação por intermédio de instituições que organizam os interesses, sejam sindicatos, partidos, associações de bairros, entre tantas formas de organização, é uma peça fundamental para poder avançar rumo, entre outras coisas, ao combate à desigualdade de renda. E a construção de políticas públicas que tenham



participação popular certamente é o mecanismo central, porque as mudanças nas políticas públicas no Brasil representam uma necessidade, no meu modo de ver, porque muitas das ações e das políticas públicas são ineficientes em atender aos mais pobres.

JE – *Mais de 300 economistas assinaram, no ano passado, um manifesto criticando a política econômica. Eles apontam que esta política econômica que está em curso é a mesma do governo anterior e não garante a sustentabilidade do crescimento que observamos em 2004. Qual a sua opinião?*

Pochmann – Nós já temos um acúmulo de tempo que permite avaliar justamente os resultados deste tipo de política econômica. Basicamente, completamos 10 anos, estamos

por diante. Mais do que talvez constatar os resultados da política econômica é fundamental uma reorganização na área social. Podemos questionar ou não o comportamento da política econômica, mas ela tem uma organização, uma equipe econômica, um coordenador, tem metas e cronograma de ações. Podemos ser favoráveis ou não ao superávit primário, etc., mas há uma organização na parte econômica do governo, enquanto que na área social é difícil observar isso. Ou seja, não há uma equipe social, não há um coordenador social, não há um cronograma, não há metas generalizadas que permitam, inclusive, a sociedade acompanhar. Por exemplo, quando o governo gasta demais, se porventura cair o superávit primário ou se ele não conseguir cumprir a meta

um excelente diagnóstico a respeito dos problemas sociais no Brasil, observando, em síntese, que a extrema fragmentação das políticas sociais, com atuação setorializada e dispersa pela lógica da competição interburocrática produzia resultados aquém do esperado. Além do demasiado custo meio de operacionalização dessas políticas setoriais, os ganhos encontram-se, em geral, pouco potencializados, porque a soma das partes não produz um todo superior. Sabe-se que o processo de exclusão no Brasil manifesta-se cada vez mais totalizante, de tal forma que uma família pobre por insuficiência de renda, também apresenta, na maioria das vezes, problemas educacionais, habitacionais, de transporte, de saúde, entre outros. O próprio programa de governo produzido durante a campanha presidencial, em 2002, identificou a necessidade de constituição de convergências totalizantes no interior da política social, possibilitando avançar para além da inclusão num determinado programa social. Aliás, incluir pessoas é o mais fácil, conforme demonstra a história das políticas sociais no Brasil. O complexo mesmo diz respeito à constituição de políticas emancipatórias (sociais, políticas e econômicas) para a população excluída, com capacidade plena de oferecer alternativas de autonomia. Para isso, contudo, a engenharia política dos governos deve ser completamente diferente do que se tem hoje, pois há uma necessidade impostergável de revisão de prioridades, com um novo padrão de gestão das políticas sociais que leve à integração das políticas, com ações matriciais.

O que se têm hoje está muito aquém do que realmente o país precisa para superação do atraso. Em nosso último livro (“Agenda não liberal da inclusão social no Brasil”, editora Cortez, 2005), identificamos o tamanho da dívida social no Brasil, que atinge R\$ 7,2 trilhões, quase 10 vezes maior do que a atual dívida pública, que possui toda uma atenção especial dos governos. Para que o país possa chegar em 2020 com um padrão de inclusão social superior ao de hoje, é necessário um conjunto de investimentos anuais adicionais na saúde, educação, habitação, informática, cultura, entre outros, que equivale a 27,6% do PIB de 2004. Sem isso, todavia, o Brasil corre o sério risco de encontrar-se com o futuro em situação social muito pior do que já possui. ■



O complexo mesmo diz respeito à constituição de políticas emancipatórias (sociais, políticas e econômicas) para a população excluída, com capacidade plena de oferecer alternativas de autonomia

indo para o décimo primeiro ano de uma política econômica muito parecida, com algumas nuances diferentes, é claro, entre um e outro governo, mas é uma certa continuidade no tempo. Durante esse período de 10 anos, por exemplo, de 1994 a 2004, tivemos quatro anos que foram de decréscimo na renda *per capita*, isto é, renda nacional dividida pelo número de habitantes, e seis anos de crescimento, digamos assim, mas um crescimento relativamente muito baixo. Em apenas dois anos (em 1994 e em 2004) tivemos crescimento do PIB bastante importantes, comparáveis com aqueles que tivemos durante os últimos 50 anos, de 1930 a 1980. Claro que quando a economia mundial vai bem, a política econômica, no caso do Brasil, também vai bem. Agora, a dificuldade é exatamente a estabilidade na economia mundial, a incerteza quanto à entrada de moeda forte para garantir as reservas, a própria questão da política externa do Brasil e assim

do superávit primário, há um debate nacional sobre isso. Quando o Copom se reúne a respeito da taxa de juros, há um debate sobre isso. Agora, na área social nós precisamos avançar rapidamente nesse sentido, ter metas, cronogramas, uma equipe, pessoas que possam ser questionadas, aplaudidas ou não, se não conseguirem cumprir as metas. Então, a construção de uma agenda na área social, no que diz respeito à educação, saúde, habitação, transporte, emprego. Isso tudo nos daria uma capacidade maior de organização da área social e de fazer, então, um debate sério a respeito das possibilidades da inclusão social em um ambiente macroeconômico como o que temos atualmente.

JE – *O Programa Fome Zero, com a centralidade, agora, na Bolsa Família, e o Ministério do Desenvolvimento Social não teriam esse papel centralizador e organizador de uma política social?*

Pochmann – O Governo Lula constituiu

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2005 Chico Whitaker*

Os avanços e as novas perspectivas

foto: Ricardo Stricher

Com sua quinta edição em 2005, em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial se consolidou como a maior iniciativa política de escala global deste século. Em 2004, o desafio era realizá-lo na Índia, país histórico e culturalmente bastante diferente do Brasil. Superado esse desafio com o enorme sucesso deste Fórum do outro lado do mundo, em 2005 uma nova aposta se apresentava: a de aproveitar as lições da Índia e a de confirmar a caminhada que se vinha fazendo, na experimentação de uma forma diferente de pensar e agir politicamente, e na construção de uma nova cultura política, respeitosa da diversidade e da pluralidade, mais democrática e mais criativa. E, nessa perspectiva, o FSM de 2005 constituiu efetivamente mais um avanço.

Não há que se esperar – como muitos o desejariam – que o Fórum cumpra o papel que é próprio às organizações sociais, que mobilizam seus integrantes, definem objetivos de luta e a conduzem para que esses objetivos sejam alcançados. O Fórum, em si mesmo, não é um ator político que interfere diretamente na realidade. Ele é somente um instrumento a serviço das organizações que mudam essa realidade por sua ação, para ajudá-las a cumprir o seu papel. Quem mudará o mundo é a sociedade organizada, como um ator político de parte inteira – cujo poder até há pouco tempo não era reconhecido ou nem mesmo conhecido, uma vez que os partidos e os governos ocupavam todo o espaço da ação política.

Como instrumento, o que o Fórum faz é oferecer a oportunidade de um verdadeiro aprendizado, para essas organizações, de uma prática política não diretiva, horizontal e

participativa, que constitui, por assim dizer, sua marca registrada. Ele é tão somente um espaço propício ao reconhecimento mútuo, à troca de experiências e à intensificação de articulações, visando o surgimento e a multiplicação de iniciativas capazes de dar mais eficácia à ação política transformadora. Eficácia essa que depende, em grande parte, também, da construção de uma unidade de tipo novo, que mantém a autonomia de cada sujeito político, mas supera as barreiras que hoje dividem, entre si e dentro deles mesmos, os diferentes movimentos sociais, as organizações não governamentais e as entidades sindicais, enfraquecendo-os a todos.

Dentro dessa perspectiva de colocar em prática uma nova metodologia de ação política, o primeiro e talvez mais importante passo dado em 2005 – nessa caminhada que iniciou-se há cinco anos atrás, sem que os próprios organizadores do Fórum pudessem prever a dimensão que ele tomaria - foi a decisão de

fazê-lo de forma totalmente auto-gestionada. No Fórum da Índia, já se tinha avançado bastante nessa preocupação participativa: das mais de 1,2 mil atividades nele realizadas somente 13 eram de responsabilidade dos organizadores. No Brasil, em 2005, os organizadores zeraram, por assim dizer, suas próprias propostas de atividades, passando a cumprir de forma integral sua função de simples facilitadores de oferecimento de um espaço aberto a todos que se engajam, pelo mundo afora, na construção do “outro mundo possível” com que todos sonhamos.

Assim, realizaram uma consulta prévia para identificar as questões que os participantes desejariam discutir, reuniram essas questões em 11 espaços temáticos, construíram mais de 250 salas, providenciaram da melhor forma que lhes foi possível sistemas de tradução, etc. Aprofundou-se, assim, a opção que vinha se revelando a mais adequada à realização dos objetivos do Fórum, a de abertura do seu espaço às atividades em torno das quais seus próprios participantes pretenderiam dialogar com outros e construir novas alianças.

Esta característica tão fundamental ficou bem evidente pelo fato do programa do FSM 2005 não prever grandes conferências, com grandes estrelas. Houve algumas, mas elas foram organizadas pelos próprios participantes,

Aprofundou-se, assim, a opção que vinha se revelando a mais adequada à realização dos objetivos do Fórum, a de abertura do seu espaço às atividades em torno das quais seus próprios participantes pretenderiam dialogar com outros e construir novas alianças



Os escritores José Saramago e Eduardo Galeano

como foi o caso, por exemplo, de Saramago – num debate que atraiu grande público – ou dos presidentes Lula e Chaves. Nenhum deles veio a convite dos organizadores do Fórum. Eles tão somente atenderam a convites feitos por organizações, dentro da regra da auto-gestão. Inclusive, dada a atração exercida pelos dois presidentes, as organizações que os convidaram decidiram realizar as atividades de que eles participariam no Ginásio do Gigantinho, situado fora do Território Social Mundial - como era chamado o espaço do Fórum - tendo que custear, elas próprias, o aluguel do ginásio.

O que se pode dizer é que essa opção radical pela auto-organização dos eventos foi bem sucedida. O FSM de 2005 foi considerado, pela maior parte das organizações que promoveram atividades, o melhor de todos os Fóruns já realizados. Isto porque, de fato, elas conseguiram, nesse Fórum, avançar muito em convergências e parcerias que vinham sendo construídas desde o primeiro Fórum.

Tal foi o caso, por exemplo, das organizações que trabalham visando a proteção do bem comum da humanidade, constituído pela água. Ou, daquelas que lutam pela anulação da dívida externa dos países do Terceiro Mundo: estas conseguiram identificar suas divergências, avançar na superação dessas divergências e construir novos planos de ação em comum. Muitas lutas de movimentos sociais – como, por exemplo, contra a Alca – avançaram bastante em articulação. Foi o que sentiram também os que conseguiram montar novas propostas e iniciativas visando reformar as Nações Unidas, para que ela possa cumprir efetivamente seus diferentes papéis, entre eles, a manutenção da paz no mundo, umas de suas mais dramáticas funções nos dias de hoje.

Mas esse sentimento de bons resultados emergiu também da infinidade de novas alianças e parcerias, de grandes e pequenas dimensões, expressas nas 352 “propostas de ação para construir um outro mundo”, apre-

sentadas no ato de encerramento do Fórum, sendo que depois chegaram muitas outras, perfazendo hoje mais de 400 – o que indica a variedade e multiplicidade de ações que temos que realizar para essa construção.

Sobre este tipo de resultado vale ressaltar um aspecto que muitas vezes confunde o entendimento sobre o caráter do FSM, enquanto espaço-instrumento e não enquanto movimento-fim. Muitos se angustiam com a urgência das ações a desenvolver, ou se entusiasma com a capacidade convocatória do Fórum, e concluem que ele tem que terminar com orientações concretas sobre a luta a desenvolver, expressa em algum tipo de documento final. Mas o que precisamos é fazer com que nossas próprias organizações assumam efetivamente essas urgências e possibilidades, em vez de pretender transformar o FSM em mais um movimento, entre outros, e competindo com os demais. Sem que, a partir de então, nada mais cumpra o papel que ele cumpre.

Na verdade, mais do que discutir utopias, trata-se, no Fórum, de avaliar o que já está sendo feito para realizá-las

Por isso mesmo, a Carta de Princípios do Fórum interdita, por assim dizer, a apresentação de um documento final único – necessariamente redutor da diversidade das questões tratadas e empobrecedor das perspectivas e engajamentos que dele resultam. Essa Carta aponta para a possibilidade e mesmo necessidade de que se multipliquem os documentos finais, expressando engajamentos concretos de quem os apresenta, para uma ação que não começará depois do Fórum, mas que já vinha se realizando antes dele e continua depois, num esforço de mudança do mundo – já em curso.

Na verdade, mais do que discutir utopias, trata-se, no Fórum, de avaliar o que já está sendo feito para realizá-las, para dar continuidade e mais eficácia a essa ação e aprofundar os engajamentos de cada organização. A força que resultará da unidade que possa ser assim construída – na diversidade – é que aponta para o surgimento desse novo ator político que vem sendo chamado de sociedade civil planetária.

Mas é bem evidente que mesmo no Fórum de 2005 a opção de Fórum-espaço não ficou

sem contestação. A cultura política das pirâmides de poder, das disciplinas militantes, e mesmo de “pensamentos únicos” antagônicos ao de Davos, investe permanentemente contra essa opção apresentada na sua Carta de Princípios. Tal pode ser a explicação, por exemplo, neste Fórum de 2005, do “Manifesto de Porto Alegre”, cujos autores afirmaram que não estavam pretendendo apresentar um documento final, mas lhe deram esse nome ambíguo. Essa ambigüidade fez com que, entre os demais participantes houvesse reações a essa iniciativa que, na verdade, ainda que assinada por 19 personalidades dignas do maior respeito, foi somente uma das 352 propostas de ação apresentadas. Mas essa reação mostra que esses participantes já se deram conta de que é preciso ultrapassar os velhos modelos de ação política, que geram a dependência de dirigentes iluminados, e que levaram, nesta edição do Fórum de 2005, a muitas vaias a Lula e muitos aplausos a Chaves.

As avaliações não foram, no entanto, somente positivas, ou mesmo entusiasmadas. Para quem foi ao Fórum colher informações, assistir a debates, ouvir a palavra e o testemunho de intelectuais ou ativistas reconhecidos mundialmente, nem tudo foi tão bonito. Suas experiências podem ter sido ainda positivas, na medida em que tenham podido realizar seus objetivos. Mas para todos, inclusive para os que se entusiasmaram com o Fórum, ele foi um autêntico sacrifício físico. O número de insuficiências organizativas foi grande, como seria previsível: nele reuniram-se 150.000 pessoas – 50.000 a mais do que em 2003, em Porto Alegre, e em 2004, na Índia – e se arriscou realizá-lo num espaço físico novo inteiramente preparado para esse fim, na orla do lago Guaíba, em vez do espaço moderno e cômodo do Centro de Convenções da Universidade Católica de Porto Alegre.

Vale a pena mencionar, neste aspecto, as experiências feitas com a biotecnologia, nas construções e em outros cuidados de sustentabilidade ambiental. Mas sinalizações e comunicações insuficientes, assim como deficiências na divulgação do programa de atividades,

dificultaram o acesso dos interessados às construções em lona em que elas se realizavam. Nas salas assim preparadas, espalhadas num espaço excessivamente extenso, ainda que aprazível pela vista do lago e do por do sol, os ventiladores nem sempre funcionavam. Por outro lado, as distâncias a percorrer – a pé – combinando-se com um calor escaldante e um sol forte sempre presente, tornaram quase heróica a participação neste Fórum. Mas nem por isso ele deixou de ser marcado pela alegria, como sempre. E a escolha do local facilitou a participação, nas atividades realizadas, dos 35.000 jovens que vieram para o Acampamento Internacional da Juventude – que também o organizaram de forma totalmente autogerida – e o Fórum se aproximou mais da população da cidade de Porto Alegre.

Junto a essa população, os resultados eleitorais de 2004 geraram um mal-entendido: uma vez decidido que o Fórum não seria em Porto Alegre, em 2006, passou-se a dizer na cidade que esses resultados fizeram com que o Fórum “fosse embora” de Porto Alegre, como se dependesse da iniciativa de governos e de partidos. Na verdade a decisão de realizá-lo descentralizado em 2006 – inicial-



Presidente Hugo Chaves, da Venezuela

mente em Marrocos e na Venezuela, nas datas de Davos – e na África, em 2007, estava sendo amadurecida já desde o Fórum de Mumbai, em 2004. O objetivo é o de expandir e enraizar o processo em todo o mundo. E nada impede que, em 2008, ele se realize novamente na cidade em que nasceu.

Os passos que podem ser dados daqui para frente, aproveitando-se a opção “metodológica” adotada para preparar o Fórum de 2005, de estimular encontros, alianças e aglutinações antes da sua realização, mostram-se promissores. Orientações nesse sentido podem vir a ser tomadas na próxima reunião do Conselho Internacional do Fórum, neste final de março, na Holanda. Elas apontam para a cri-

ação de uma espécie de diálogo permanente, em que as trocas de experiências, o reconhecimento mútuo, as articulações para aprofundar iniciativas e lançar novas ações poderão ser feitas utilizando-se mais intensamente e mais organizadamente a internet, independentemente dos eventos. Estes podem passar a ser promovidos, de tempos em tempos, como encontros presenciais, gerais ou temáticos, de nível mundial, regional, nacional ou local, que consolidem articulações e ações em curso. Se chegarmos a isso, assegurando a continuidade e a expansão de uma ação transformadora plural, não diretiva, é muito possível que consigamos realmente mudar o mundo, rumo à paz, à igualdade e à fraternidade que todos almejamos.

Atrevo-me a sugerir àqueles que desejarem conhecer mais de perto as perspectivas que se debatem no Fórum, a respeito dele mesmo, a leitura do livro que lancei no Fórum de 2005: “O Desafio do Fórum Social Mundial – Um Modo de Ver”.¹ ■

* Representante da Comissão Brasileira Justiça e Paz no Secretariado e no Conselho Internacional do FSM

¹ Editoras Perseu Abramo e Loyola, 2005.

CURSOS DO CORECON/RJ

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA 2005

FILOSOFIA

O curso visa estudar questões relevantes da filosofia. Discutir-se-ão os problemas ontológico, gnosiológico, ético, estético nos pensadores fundamentais do pensamento ocidental. Neste primeiro módulo, será focalizada a filosofia antiga. Abordar-se-á a questão ontológica nos pensadores pré-socráticos. Posteriormente, será a problemática do homem, da ética e do conhecimento nos sofistas em Sócrates. Finalmente, serão abordados os sistemas de Platão e Aristóteles.

Professores: Miguel Angel de Barrenechea (Doutorado em Filosofia. IFCS-UFRJ, Pesquisador da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, Professor nos cursos de graduação, Professor no Mestrado em Memória Social e Documento) e Luiz Celso Pinho (Doutor em Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - 2003, Pesquisador Associado UERJ/FAPERJ)

CURSOS PROGRAMADOS

Filosofia: uma introdução – Miguel Angel Barrachenea e Luiz Celso Pinho – 24 horas-aula – às quartas-feiras – 4/maio a 22/jun

Economia e meio ambiente – Cláudia Lúcia Bisaggio Soares – 12 horas-aula – de segunda-feira a quinta-feira – 27 a 30 jun

Avaliação de projetos - tópicos avançados – Eduardo Sá Fortes – 24 horas-aula – aos sábados – 7/maio a 25/jun

Regimes monetários: teoria – André Modenesi – 12 horas-aula – às segundas e quartas-feiras – 4 a 25/jul

Regimes monetários: experiência do Real – André Modenesi – 12 horas-aula - às segundas e quartas-feiras – 8 a 29/ago

Introdução à Economia Política:

o pensamento de Karl Marx – Pablo Bielschowky e Rodrigo Castelo Branco – 16 horas-aula – às quintas-feiras – 4/ago a 22/set

O pensamento econômico de Keynes – Jeniffer Hermann, João Sicsú e outros – 16 horas-aula – às segundas-feiras – 5/set a 24/out

Filosofia – Miguel Angel Barrachenea e Luiz Celso Pinho – 24 horas-aula - às quartas-feiras – 14/set a 16/nov

Análise de Investimentos – Eduardo Sá Fortes – 16 horas aula – às quintas-feiras – 6/out a 3/nov

Matemática aplicada à teoria econômica – Jorge Cláudio Cavalcante – 30 horas-aula – às terças e quintas-feiras – 1º nov a 13/dez

Visite a página <http://www.economistas.org.br> para obter maiores informações e efetuar sua inscrição.

Sugira um curso de seu interesse e dê sua opinião.

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

ARTIGO DO LEITOR Luiz Felipe Nery Filho*

Economia solidária

Um outro mercado é possível

A economia solidária é um modo de organizar a economia fundado na valorização do trabalho, do saber e da criatividade humanos, como também nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade. Trata-se de um modo inteligente de organizar a produção, o comércio e o consumo, de forma autogestionária, ética e sustentável, a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa e da comunidade, respeitando as demais espécies da natureza e o meio ambiente. Valoriza a diversidade de talentos, capacidades e recursos das pessoas, comunidades, regiões e países, ao mesmo tempo em que busca explorar as complementaridades entre eles, de forma a gerar sempre maior bem viver para cada um e para todos.

A moeda social é um instrumento que se usa para fazer as trocas, em vez do dinheiro oficial. Uma diferença importante entre a moeda social e o dinheiro oficial é que qualquer um pode fazer uso dela, na medida em que tenha algo para produzir e para consumir dentro do espaço onde ela é aceita. A rigor, ela não é uma moeda, porque sua aceitação não é obrigatória como o dinheiro oficial emitido pelos Bancos Centrais dos países. Sua aceitação é voluntária: é parte de uma atitude de compromisso com uma outra economia, com a construção de outras relações sociais.

Nas trocas solidárias partimos

O autor deste artigo participou da última edição do Fórum Social Mundial e viveu a experiência da economia solidária, que está focada neste texto.

do conceito de “prossumidor”, isto é, cada um de nós é sempre produtor de algo e consumidor de algo. Todos temos algum saber, algo que podemos produzir ou um serviço a oferecer. Todos necessitamos do que o outro produz. A moeda social trabalha no sentido de resgatar talentos que nem sempre são reconhecidos como tais, e colocá-los a serviço de um coletivo comprometido com a distribuição da riqueza entre todos os setores humanos.

Ela permite também uma nova compreensão dos limites do atual sistema monetário e mostra as possibilidades de sistemas monetários alternativos, que invertem o curso da concentração da riqueza atualmente vigente. Em outras palavras, além de reativar a economia, ao permitir a expressão de um mercado latente por falta de circulante, a moeda social é um instrumento de construção de cidadania que ajuda a redefinir o próprio conceito de riqueza e solidariedade.

Critérios para a circulação

O txai, como moeda social, representa uma forma do produtor substituir a venda do seu produto no mercado capitalista pela

venda no mercado das trocas solidárias. Além de estimular o comércio de produtos da economia solidária, a moeda social e o mercado das trocas são a própria vivência de uma prática de alto potencial transformador das relações sociais, por seu caráter emancipador e construtor de vínculos para além dos dias do FSM: trata-se de um ato político que fortalece formas alternativas e mais justas de produção, favorece uma comercialização inteligente, que não fica refém da escassez de dinheiro e promove um consumo ético, solidário e sustentável.

Todo produtor da economia solidária cadastrado no Ecobanco poderá trocar seus produtos por um mínimo de 10 unidades e um máximo de 100 unidades txai por dia. Os valores atribuídos como garantia do lastro serão fixados em conjunto com o Ecobanco, responsável pela circulação de uma tabela de preços máximos sugeridos, já que na economia solidária os preços mínimos variam de acordo com os custos de produção, diferentes em cada caso.

Porque queremos mostrar que é possível descobrir a abundância, onde hoje só vemos a escassez. A economia solidária trabalha com um novo movimento

cooperativo, que promove a reformulação da economia voltada para os setores populares, como protagonistas de sua vida social, incluindo os seus aspectos econômicos. O movimento das trocas solidárias (MTS) faz parte da economia solidária e caracteriza-se por ações em que a escassez de dinheiro é compensada pelas trocas diretas e pelo uso das moedas sociais.

A experiência de um mercado de trocas solidárias contribui com a formação da consciência dos participantes do FSM sobre a função da moeda social, como um método monetário que pode ajudar a superar o modelo capitalista. O processo de humanização das relações econômicas serve para demonstrar a possibilidade de criar novos mercados, onde produtores e consumidores satisfazem mutuamente suas necessidades sem o uso do dinheiro oficial.

O mercado das trocas solidárias é uma demonstração pedagógica e prática de como funcionam os diversos grupos de trocas existentes da América Latina, Ásia, África e as experiências com moedas sociais do Canadá, Austrália, Indonésia e diversos países da Europa. No FSM encontramos pessoas de diferentes níveis de renda, procedência cultural e étnica, com suas experiências de vida: confiamos que muitos mais projetos podem ser gerados nesse espaço transformador.

* Economista. Correio: lfnery@yahoo.com.br

Editora publica

Obras reunidas de Ignácio Rangel

Lançamento será no auditório do Corecon, no próximo dia 28 de abril, às 19h.

Dispersa e ainda desconhecida da maioria dos leitores a obra de Ignácio Rangel será, pela primeira vez, lançada em uma coletânea de dois volumes pela Editora Contraponto, com o apoio do BNDES. O lançamento de “Ignácio Rangel. Obras reunidas” será no auditório do Conselho Regional de Economia, no próximo dia 28 de abril, às 19h.

Economista considerado por muitos como um dos mais originais da América Latina, no século passado, Rangel deixou uma contribuição que até hoje permanece influenciando as novas gerações de pensadores. *Obras reunidas* traz aos leitores a tese de seu doutoramento, os sete livros dele que foram publicados, quatro coletâneas de textos e 15 artigos.

Na introdução da obra, o economista Márcio Henrique Monteiro de Castro assinala a influência de Ignácio Rangel, lembrando sua participação na assessoria econômica de Getúlio Vargas e na elaboração dos projetos de constituição da Petrobras e da Eletrobrás, bem como na execução do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, como chefe do Departamento Econômico do antigo BNDE, hoje acrescido do S de Social.

O volume 1 de *Obras reunidas* traz os primeiros trabalhos de Rangel, como “O desenvolvimento econômico no Brasil”, de 1954, e um texto considerado clássico na literatura da história econômica do país: “A inflação brasileira”, de 1963, onde ele analisa questões como “inflação e renda”, “liquidez e déficit orçamen-



tário” e “taxa de imobilização do sistema”. Ainda neste volume, o trabalho escrito em 1985 “Economia: milagre e antimilagre”. No segundo volume, os textos sobre a questão agrária, tecnologia e crescimento e a economia brasileira contemporânea (anos 80). ■

Economista lança livro sobre a Venezuela



A retomada dos movimentos sociais na América Latina e o papel que a Venezuela vem conquistando à frente de um processo de mu-

danças nos países da região foram os focos da palestra do economista e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Nildo Ouriques (foto),

no auditório do Corecon-RJ, no último dia 18 de março.

Ele veio ao Rio lançar o seu novo livro – *Raízes no libertador, bolivarianismo e poder popular na Venezuela* – que traz artigos de estudiosos e pesquisadores latino-americanos a respeito do que ocorre na Venezuela, em especial, o desenvolvimento e enraizamento do poder popular e sua influência na condução do processo político de mudança no país.

O livro é o primeiro publicado pelo Observatório Latino-Americano, da UFSC, e reúne os trabalhos apresentados durante as Jornadas Bolivarianas, projeto que debate a história e as conjunturas dos países da América Latina.



Na próximo número do *JE* será publicada uma edição resumida da palestra de Nildo Ouriques. Maiores informações podem ser obtidas no portal da internet www.ola.cse.ufsc.br e o livro pode ser adquirido através do correio eletrônico editora@insular.com.br. ■